

Reflexões feministas e maternas em narrativas contemporâneas escritas por mulheres /

Motherly and feminist reflections in contemporary narratives written by women

Paloma do Nascimento Oliveira *

Professora da Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba, Campina Grande, PB, Brasil. Doutora em Letras. Atua nas áreas de Teoria da Literatura, Literatura Medieval e Gênero.

 <https://orcid.org/0000-0001-9012-7467>

Tássia Tavares de Oliveira **

Doutora Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil. Doutora em Letras. Atua nas áreas de Literatura, Gênero e Ensino.

 <https://orcid.org/0000-0002-8705-1681>

Recebido em: 30 jun. 2019. **Aprovado** em: 18 out. 2019.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Paloma do Nascimento; OLIVEIRA, Tássia Tavares de. Reflexões feministas e maternas em narrativas contemporâneas escritas por mulheres. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 10, n. 4, p. 79-97, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8415158>

RESUMO

A romantização da maternidade funciona como um meio de controle dos corpos e da reprodução no sistema patriarcal, tornando-a compulsória: constrói-se a crença de que mulheres só se tornam plenas após terem filhos e se coloca o amor materno como meio de exploração do cuidar, algo que não se impõe aos pais. Apesar da idealização, na realidade as mães queixam-se de exaustão, solidão e carecem de políticas públicas e apoio social. O movimento feminista precisa encarar as pautas maternas como fundamentais ao movimento de libertação das mulheres, envolvendo desde os direitos sexuais e reprodutivos à divisão de tarefas e sobrecarga mental. Também atravessam as categorias de raça e classe, sendo as mulheres negras e seus filhos as maiores vítimas de violências. Escritoras contemporâneas estão atentas a essas questões e dessacralizam a maternidade em diversas narrativas. Esse artigo tem como objetivo trazer uma reflexão feminista sobre a maternagem, não encarada como algo natural e impositivo a todas as mulheres, mas como um processo que envolve uma série de questões culturais e políticas, a partir da leitura e discussão de autoras como Adichie (2017), Collins (2019), hooks (2019 e 2020), Mendonça (2014), D'Ávila (2019) e Gonzalez (2020) e de um panorama de narrativas de autoras contemporâneas do Brasil, Canadá, Caribe e países

*

 palomaoliveira03@gmail.com

**

 tassiatavares@gmail.com

africanos, como Atwood (2017), Condé (2020), Emecheta (2018), Evaristo (2016), Leite (2004), Luft (2012), Mukasonga (2017), Munro (2014), Ntshingila (2016) e Rezende (2014), o que justifica a pertinência do tema para além das fronteiras nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Maternagem; Feminismo; Narrativas contemporâneas.

ABSTRACT

The motherhood romanticization works as a means to control the bodies and reproduction in the patriarchal system, making it compulsory: building up the belief that women are only fulfilled after giving birth, also putting the mother's love as a means to exploit the act of caring, something that is not imposed on fathers. Although idealized, real motherhood women complain of exhaustion, solitude and lack of public policies and social support. The feminist movement must face motherhood as fundamental to the movement of freeing women, from the sexual and reproductive rights to the planning and division of tasks and mental overload. Race and social classes are also intertwined, being black women the most common victims of violent acts and their child's victims of violent acts. Contemporary female writers are watchful to these questions and desecrate motherhood in many narratives. This paper has the objective of bringing a feminist reflection about mothering, not faced as something natural and impository to all women, but as a process that involves a series of cultural and political questions, from the reading and discussion of female authors such as Adichie (2017), Collins (2019), hooks (2019 e 2020), Mendonça (2014), D'Ávila (2019) and Gonzalez (2020) and from a host of narratives from female contemporary authors from Brazil, Canada, Caribbean and African countries like Atwood (2017), Condé (2020), Emecheta (2018), Evaristo (2016), Leite (2004), Luft (2012), Mukasonga (2017), Munro (2014), Ntshingila (2016) and Rezende (2014), which justifies the pertinence of the subject beyond its national borders.

KEYWORDS: Motherhood; Mothering; Feminism; Contemporary Narratives.

1 Introdução

A maternidade compulsória e seus modelos idealizados construídos na sociedade patriarcal impactam a vida das mulheres, sejam elas mães ou não. Às mães sentimentos de solidão e exaustão; às não mães a pressão social; para ambas o julgamento e a culpa. Essas imposições colaboram para que a maternidade ou a sua não vivência se tornem uma experiência frustrante, ainda que as mulheres estejam cientes de seus avanços proporcionados pelos feminismos.

Ao propormos um minicurso¹ que previa a leitura de alguns poemas e contos que problematizam essa maternidade sacralizada, percebemos como as participantes ansiavam por esse tipo de espaço e encontravam na literatura um acalanto e uma identificação que lhes proporcionou conexão com seus filhos, com suas mães e consigo mesmas. Acreditamos que as reflexões feministas maternas são capazes de recriar narrativas diferentes para as mulheres e lançar um olhar mais gentil para as mães. A partir dessa experiência, agregamos outras narrativas

¹ O minicurso "Reflexões feministas e maternas na literatura escrita por mulheres", já foi proposto duas vezes em diferentes eventos: em 2020, no V Colóquio Nacional 15 de outubro & VIII ENLIJE - Encontro Nacional sobre Literatura Infante-Juvenil e Ensino, e em 2021 na V Jornada Nacional de Línguas e Linguagens & I Jornada Internacional de Línguas e Linguagens, sempre contando com um bom número de inscritos e boa participação nas discussões.

de origens diversas que dialogam com nossas reflexões, ampliando o repertório não-hegemônico e constatando como múltiplas maternagens estão presentes nas literaturas contemporâneas.

Nosso trabalho procura trazer exemplos de reflexões feministas sobre a maternidade em várias narrativas contemporâneas de autoras de Brasil, Canadá e países da região caribenha e continente africano. Acreditamos que ao incorporar as pautas maternas como pautas feministas, o movimento de mulheres cresce e desestabiliza um dos principais elementos de controle dos corpos e reprodução no sistema patriarcal. É preciso ouvir o que as mães têm a dizer sobre suas experiências ambivalentes de maternagem.

Por isso, trazemos a seguir alguns pressupostos teóricos feministas e maternos, a fim de colaborar para uma concepção de maternidade feminista, a partir de autoras como Chimamanda Adichie (2017), Patricia Collins (2019) e bell hooks (2019 e 2020). Também utilizaremos Maria Mendonça (2014), que em sua tese de doutorado compartilha dos pressupostos de Andrea O'Reilly sobre feminismo matricêntrico. Recorremos ao texto de Manuela D'Ávilla (2019), que mescla seu relato de experiência materna e resistência no cenário brasileiro atual com os anseios por transformação social de uma candidata à vice-presidência e de Lélia Gonzalez (2020) que investiga as implicações racistas e sexistas na maternidade negra brasileira. Na sequência, realizamos um passeio por múltiplas maternidades e maternagens em narrativas contemporâneas escritas por mulheres do Brasil, Canadá, Caribe e países africanos, como Atwood (2017), Condé (2020), Emecheta (2018), Evaristo (2016), Leite (2004), Luft (2012), Mukasonga (2017), Munro (2014), Ntshingila (2016) e Rezende (2014), demonstrando a pertinência do tema nas literaturas e feminismos que ultrapassam as fronteiras nacionais.

2 Feminismo e maternidade: um pouco de história

A experiência da maternidade é capaz de despertar empiricamente a consciência feminista ao constatarmos que todo o discurso romanceado sobre as mães não encontra respaldo na realidade: a sociedade patriarcal pouco se importa com mulheres e crianças. Embora continue a condenar o aborto e fale em defesa da família, a onda conservadora não reconhece as demandas maternas nem oferece políticas públicas voltadas para mães, pois encara suas necessidades como obrigações inerentes ao sujeito feminino.

Essa é uma construção historicamente situada e socialmente reforçada nos meios de comunicação, publicidade e mais recentemente nas redes sociais. Mendonça (2014) localiza as

origens da *mãe elástico*² no século XVIII. Quando assumiram as responsabilidades sobre o cuidado da casa e a educação dos filhos, as mulheres burguesas alcançaram uma promoção social que consistia no papel de mães sagradas e rainhas do lar. Tais papéis tornaram-se nobres e foram encorajados pelos discursos ideológicos do instinto e sacrifício maternos. No século XIX, o amor romântico opera o casamento entre a mulher e o lar, instituindo a família nuclear e o lar burguês. O casamento por amor passa a ser visto como um ideal de felicidade a ser alcançado pelas mulheres, e assim fixa-se como o horizonte de realização pessoal das mulheres como mães, esposas e donas de casa. Foi na era vitoriana que a domesticidade foi sentimentalizada com a exaltação da figura materna, convertida em anjo do lar, e o lar burguês passou a ser visto na perspectiva do mundo privado. Também se transformou valorativamente o olhar sobre a criança, operando assim a separação entre o mundo público econômico e político, como masculino, e o doméstico, íntimo e não remunerado, como feminino.

No período entre guerras do século XX, muitas das reivindicações feministas burguesas foram atendidas com a participação das mulheres na força de trabalho. No pós-guerra houve um incentivo estatal amplamente reforçado pela publicidade ao retorno feminino à domesticidade. Esse é o período em que Betty Friedan registra as insatisfações das mulheres de classe média norte-americanas em *A mística feminina* (1963), sobre as frustrações decorrentes do casamento e do isolamento doméstico e do cuidado dos filhos. O mapeamento dessa infelicidade coletiva foi um importante marco para o movimento feminista dos anos 1960, também conhecido como segunda onda feminista. As feministas brancas da segunda onda questionavam a naturalização dos papéis sexuais impostos culturalmente sob argumentos reducionistas biológicos de que a natureza feminina era dócil e destinada aos cuidados maternos e domésticos, também seriam menos capazes intelectualmente. Tal reducionismo camuflava as origens da opressão contra as mulheres, resultado de um processo histórico, situado no ocidente patriarcal e nas origens do mundo moderno e capitalista.

Nesse período proliferaram também manuais sobre boas práticas maternas. A indústria expandiu-se progressivamente com publicações sobre parentalidade, voltados majoritariamente

² A *Mulher-elástico* é um conceito da psicanalista brasileira Maria Helena Fernandes (2006, *apud* MENDONÇA, 2014) que faz referência à personagem Helena Pera do longa de animação *Os Incríveis* (Disney Pixar, 2004), uma super-heroína com poderes de elasticidade e mãe de três filhos. Segundo a autora, é uma síntese do ideal de mulher pós-moderna, sobrecarregada com o acúmulo de funções decorrente da ampliação dos ideais: mãe, profissional, esposa, bela, realizada, a Mulher-elástico sofre com a culpa por não alcançar padrões inatingíveis de beleza e eficiência doméstica impostos às mulheres mães que trabalham fora ou dentro de casa, resultando na exaustão, que seria a perda desse “superpoder”. O rompimento do elástico se traduz em estresse, irritabilidade, ansiedade, depressão, *burn out*, pânico, entre outras psicopatologias.

ao público feminino, tais publicações ensinam técnicas ou trazem pressupostos de especialistas sobre a criação dos filhos, ensinando às mulheres como serem mães.

Todavia, essas publicações não trouxeram apenas benefícios. Na verdade, elas reforçam o modelo da boa mãe, sempre presente e paciente, que agora deveria antecipar as necessidades de seus filhos. Afinal, a responsabilidade materna sob a saúde mental das crianças foi enfatizada com tal intensidade que acabou reforçando sentimentos de inadequação, ansiedade, culpa e tensão entre mães que se julgavam incapazes de atender a todas essas demandas, porque trabalhavam fora ou porque não se identificavam com os “instintos naturais”. (MENDONÇA, 2014, p. 93)

Nos anos 1980 e 1990, em meio à onda conservadora norte-americana, as mães e as crianças consolidam-se como mercados lucrativos e há uma crescente sofisticação de produtos e publicidade voltados para esse segmento, assim como revistas que tratam da temática. Mary Del Priore (2014) alerta que nessas décadas o mercado publicitário foi incisivo e mãe e filho passaram a se cercar de objetos e imagens que lhes inseriram ativamente no mundo do consumo. Consolida-se a cultura da maternidade, hoje reproduzida também através das redes sociais.

Em 1986, Adrienne Rich publica *Of a woman born*, uma obra precursora nos estudos maternos ao abordar a ambivalência dos sentimentos reprimidos pela cultura da maternidade. “Ao revelar seus sentimentos íntimos e questionar a cultura da maternidade que incidia sobre a classe média branca norte-americana dos anos 1950 a 1970; Rich desconstruiu a figura da “mãe natural”, como única identidade com a qual as mulheres encontrariam sua maior gratificação, ao permanecerem o dia todo em casa com os filhos” (MENDONÇA, 2014, p. 88).

No Brasil, evidentemente, o movimento feminista apresenta um desenvolvimento distinto. Quando Betty Friedam veio ao Brasil, em 1971, a convite de Rose Marie Muraro, vivíamos sob a ditadura militar. A causa feminista aparecia unida às reivindicações democráticas promovidas pela esquerda e pela Igreja católica, esses fatores propiciavam uma série de impasses em torno das reivindicações das mulheres. Consta-se também que as ideias de Friedam não se aplicavam bem ao Brasil, dadas as evidentes diferenças entre as condições das mulheres de classe média branca estadunidenses e as mulheres brasileiras, sobretudo as negras e pobres. Nosso passado colonial e escravocrata traz implicações de raça e classe que se somam às questões de gênero.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu

homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática. (GONZALEZ, 2019, p. 245)

Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia Gonzalez (2019) analisa discursos sobre raça na cultura brasileira que ela caracteriza como uma adolescente neurótica. “Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que a sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2019, p. 238). Três noções são trabalhadas para refletir sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como a mucama é a mulher, então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe. (GONZALEZ, 2019, p. 249)

Patrícia Hill Collins (2019) fala sobre as ambiguidades da maternidade negra. Se por um lado há o culto à maternidade arquetípica, em que encontramos uma valorização da maternagem, por outro há o reforço do discurso da devoção, sacrifício e amor incondicional.

A maternidade negra é uma instituição fundamentalmente contraditória. As comunidades afro-americanas valorizam a maternidade, mas a capacidade das mães negras de lidar com as opressões interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade, e nação não significa que elas sejam necessariamente capazes de transcender as injustiças que caracterizam essas opressões. (COLINS, 2019, p. 322)

Essas matriarcas negras são costumeiramente descritas como “mulheres guerreiras”, uma noção que camufla as desigualdades de gênero e raça. Um caminho na tentativa de superar essa encruzilhada é justamente o da politização.

Algumas mulheres veem a maternidade como um fardo que sufoca sua criatividade, explora seu trabalho e as torna cúmplices de sua própria opressão. Para outras, a maternidade promove o crescimento pessoal, eleva o status nas comunidades negras e serve de catalisador para o ativismo social. Essas aparentes contradições coexistem tanto nas comunidades e nas famílias afro-americanas quanto nas mulheres individualmente. (COLINS, 2019, p. 296)

A despolitização da maternidade é fruto desse processo histórico situado na formação do Estado moderno capitalista que cerceou a liberdade feminina, operando a divisão entre produção econômica e reprodução social, e foi bem estudado por Silvia Federici em *Calibã e a bruxa* (2019).

Esse processo também envolve o que feministas denunciam como *feminização da pobreza*. “A reprodução foi relegada “à família”, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 109). Esses recursos humanos gastos com a maternidade compulsória dificultam a emancipação da mulher trabalhadora, pois há no sistema capitalista patriarcal e racista uma interseccionalidade na opressão entre as categorias de gênero, raça e classe (AKOTIRENE, 2019). A sociedade capitalista não confere valor aos trabalhos reprodutivos de dar à luz, cuidar e manter seres humanos, embora a economia dependa também disso.

3 Maternagens feministas: contribuições do feminismo matricêntrico

A canadense Andrea O'Reilly é considerada a responsável pela institucionalização dos estudos maternos (*motherhood studies*), propondo um feminismo matricêntrico. É a partir de suas publicações que temos mais claramente a distinção entre *maternidade* (*motherhood*), vinculada ao poder biológico de gestar e aos significados institucionais, simbólicos e culturais do termo, e *maternagem* (*mothering*), experiências práticas e o trabalho materno de cuidar dos filhos (*to mother*)³. Podemos ainda dizer que em nossa sociedade “ser mãe” possui um significado muito mais amplo do que simplesmente “ter filhos”, se compararmos, por exemplo, com o significado social de paternidade. Há quem fale em “paternidade ativa” para se referir aos esforços masculinos atuais em participar mais conscientemente da criação dos filhos, o que só reforça a distinção. Nossa sociedade confere aos homens a opção de escolher se envolver ou não nas questões paternas, até mesmo de se tornarem ou não pais dos filhos que possam vir a ter e abandonar ou menosprezar. O mesmo não ocorre às mulheres, a quem a maternidade é compulsória.

Para O'Reilly a instituição maternidade é definida pela cultura patriarcal a partir de dez pressupostos ideológicos que tornam a prática da maternagem opressiva para as mulheres: *essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização*. Maria Collier de Mendonça (2014) argumenta que esses dez pressupostos não são naturais nem inevitáveis às práticas de maternagem, portanto podem ser desconstruídos. Por isso defendemos a importância de conhecermos mais contranarrativas de maternagem que incentivem práticas maternas feministas e empoderadas.

³ Utilizamos a tradução apresentada por Maria Collier de Mendonça (2014).

Essa ideologia da maternidade patriarcal, como afirma Mendonça (2014), enfraquece a relevância da maternagem, desvaloriza socialmente o trabalho materno e as suas intermináveis jornadas, mascara as dificuldades existentes na conciliação entre trabalho remunerado e trabalho materno, faz com que as mães sintam-se sobrecarregadas, fatigadas e culpadas em função do árduo trabalho e do conjunto de responsabilidades que assumem sozinhas.

Segundo bell hooks (2020), a maternagem e paternagem feministas perpassam e promovem uma educação antissexista. Ao rebater os argumentos de que o feminismo seria contrário aos valores da instituição familiar, hooks afirma que “o movimento feminista é pró-família. Acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor” (HOOKS, 2020, p. 116). Esse seria o poder da parentalidade revolucionária promovida pelo feminismo.

Ao propor uma educação antissexista em *Para educar crianças feministas: um manifesto*, a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2017) elenca quinze sugestões endereçadas a sua amiga Ijeawele para criar sua filha Chizalum como feminista. A própria autora adverte na introdução que “agora eu também sou mãe de uma menininha encantadora e percebo como é fácil dar conselhos para os outros criarem seus filhos, sem enfrentar na pele essa realidade tremendamente complexa” (ADICHIE, 2017, p. 8).

Primeira sugestão: Seja uma pessoa completa. A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade. Seja uma pessoa completa. Vai ser bom para sua filha. [...] Não acredite na ideia de que maternidade e trabalho são mutuamente excludentes. [...] Peça ajuda. Espere ajuda. Isso de supermulher não existe. [...] Mas, acima de tudo, concentre-se em continuar uma pessoa completa. Tire um tempo para si mesma. Atenda às suas necessidades pessoais. Por favor, não pense nisso como “dar conta de tudo”. [...] O trabalho de cuidar da casa e dos filhos não deveria ter gênero, e o que devemos perguntar não é se uma mulher consegue “dar conta de tudo”, e sim qual é a melhor maneira de apoiar o casal em suas duplas obrigações no emprego e no lar. (ADICHIE, 2017, p. 14-18)

O difícil e importante conselho dado por Adichie à sua amiga para lembrá-la de que ninguém é só mãe remete-nos a uma das reflexões sobre maternidade e resistência proposta por Manuela D’Ávila (2019) em seu *Revolução Laura*.

Viver a maternidade não significa abrir mão da liberdade. Não pode significar. Assim como ela não é compulsória, assim como não é a única coisa que faz as mulheres felizes, assim como ela pode não ser necessária, ela também faz parte daquilo que podemos ser e precisamos reinventá-la urgentemente. É

preciso uma comunidade para criar cada criança. É preciso um mundo em que nosso afeto não seja crime. É preciso um mundo em que mulheres ocupem espaços públicos e que a ausência de crianças seja tão marcante quanto sua presença. Porque para cada homem poderoso com filhos ausentes existe uma mulher trancada em casa depois do expediente. (D'ÁVILA, 2019, p. 115)

As colocações de Chimamanda Adichie e de Manuela D'Ávila nos trazem a reflexão de que há socialmente uma *romantização da maternidade* como elemento de realização pessoal para mulheres, o que nos permite falar em *maternidade compulsória*; pois mesmo o direito de escolha é dado numa cultura que nos impele a ter filhos. Para se opor a tais moldes, bell hooks (2020) propõe uma *parentalidade feminista*, em que todos os cuidadores, homens e mulheres, assumam a responsabilidade de educar crianças antissexistas, pois é um direito das crianças o cuidado parental efetivo de seus pais, mães e de toda a sociedade. Na contramão desse engajamento coletivo, temos a realidade das *mães solo*. São 11 milhões de famílias monoparentais brasileiras compostas por mulheres e crianças. Metade dessas famílias vive abaixo da linha da pobreza. Expressões banalizadas como “mulher guerreira” para se referir a essa população romantizam o sofrimento da sobrecarga e ocultam o abandono paterno.

A parentalidade deixaria de ser vista como responsabilidade privada e passaria a ser comunitária, o que envolve a necessidade de políticas públicas: creches nos locais de trabalho; licença maternidade/paternidade ampliadas; redução da jornada de trabalho, aposentadoria, reestruturação da sociedade no resgate da prática de aldeia (rede de apoio, seja paga ou solidária). A parentalidade isolada (centrada na mãe e crianças) evidencia a injusta divisão entre trabalho e família. Sobretudo no atual cenário da pandemia da Covid-19, as mães trabalhadoras precisam trabalhar sem contar com nenhuma rede de apoio para cuidado dos filhos. Ao digitarmos as palavras-chave “mulheres” e “pandemia”, todos os principais resultados mostrados pelo Google apontam para a sobrecarga e adoecimento mental dessas mulheres. Essa parentalidade isolada é o oposto da felicidade parental, bell hooks (2020) alerta que envolvimento comunitário não é o mesmo que “terceirização”. Patricia Hill Collins aponta que isso é impor a lógica da propriedade privada às relações familiares. “As afro-americanas que dão continuidade ao cuidado comunitário das crianças colocam em xeque um pressuposto fundamental do sistema capitalista: o de que crianças são “propriedade privada” e podem ser tratadas como tal” (COLINS, 2019, p. 304).

A maternidade deve ocupar os espaços públicos e ser encarada como política. “Durante a campanha me disseram que o estranhamento da presença de uma mulher com seu bebê no ambiente político apenas reforça a necessidade de termos mais mulheres na política” (D'ÁVILA, 2019, p. 59). O antídoto contra essa solidão materna perpassa por sua politização e esse caminho

é apontado pelos feminismos, são crescentes os movimentos de mulheres mães para reivindicar melhores condições de maternagem, pois como afirma Márcia Tiburi (2017), “o feminismo é o contrário da solidão”.

4 As múltiplas maternagens em narrativas escritas por mulheres

Maternar compreende abraçar um conjunto de esforços para participar de forma consciente da criação dos filhos e, ao lado desta prática, surgem surpresas e dificuldades atribuídas diretamente à mulher. Afinal, ser mãe é padecer no paraíso? No irônico título de Buchi Emecheta, *As alegrias da maternidade*, a autora nigeriana convida o leitor a repensar o conceito de maternar a partir das imposições ditadas por sua cultura e traz reflexões acerca da positividade imposta à maternidade.

É através de Nnu Ego, filha de Agbadi, o líder, primeira esposa de Naif e mãe do primogênito Oshia e de outros seis filhos, que a procura por identidade enquanto mulher é colocada em xeque diante das perdas e ganhos da maternidade. É interessante observar como essa identidade se constrói pela sua relação com os homens da família e em torno da temática: “Não sei ser outra coisa na vida, só sei ser mãe” (EMECHETA, 2018, p. 313). A protagonista procura em si conteúdos que possam ser objeto de diálogos com outras mulheres e chega à conclusão de que não saberia conversar com outra mulher que não tenha filhos e caso estes lhes fossem tirados ela não saberia o que fazer da vida.

A primeira experiência de dor diante deste papel que lhe foi imposto ocorre ao perder seu primeiro filho, ainda bebê; Nnu Ego tem a capacidade de ser mulher questionada e tenta tirar sua vida: “Era forçada a encarar o fato de que não apenas fracassara como mãe, como também em suicidar-se; mesmo isso fora incapaz de realizar com sucesso.” (EMECHETA, 2018, p. 107). A protagonista mãe é questionada por não manter a prole viva, questionada por não suportar a pressão daquilo que lhe impuseram tornando-se um fardo, faz-nos lembrar que há um sem número de outras Nnu Ego que vivem tão perto de nós, no mundo da não-ficção.

O título do livro sugere ao leitor o encontro com o estado de viva satisfação de ser mãe. Porém, nas linhas finais, após a trajetória de Nnu Ego, a sensação de contentamento é transformada por outras percepções:

A alegria de ser mãe era a alegria de dar tudo aos filhos, diziam. E qual foi a recompensa de Nnu Ego? Por acaso não tivera o maior sepultamento que Ibuza já vira? Oshia precisou de três anos para conseguir pagar todo o dinheiro

que pedira emprestado para mostrar ao mundo o bom filho que era. Sendo assim, as pessoas não entendiam por que Nnu Ego não atendia às preces que lhe dirigiam, pois o que mais uma mulher poderia desejar, além de ter filhos que lhe dessem um sepultamento decente? (EMECHETA, 2018, p. 316)

A alegria se traduzia no prazer do outro, na doação aos filhos e estava longe de uma restituição para si. É irônico como a “recompensa” de Nnu Ego só se dá depois da morte, embora o sepultamento tenha revelado mais sobre o ego de seu primogênito. E mesmo depois de morta a protagonista continua a ser importunada e julgada pela sua maternagem. Havia uma cobrança de que seu nome fosse referência do outro lado da vida, sendo também irônico que ela não atendesse às preces por fertilidade, como se na verdade fosse um favor que fazia às mulheres.

As narrativas escritas por mulheres nos fornecem um considerável quantitativo de personagens que percorrem caminhos distintos daqueles que acreditavam ser o paraíso maternal. Tal qual Nnu Ego e a batalha que enfrenta pela vida dos filhos que nascem ao longo da narrativa, Stefania, protagonista de *A mulher de pés descalços*, de autoria de Scholastique Mukasonga, autora ruandesa, também passa pela construção de uma mulher que se torna mãe e líder da família: “Mas minha mãe queria que sua casa, mesmo não tendo as dimensões desejadas, tivesse, ao menos, os requintes indispensáveis à dignidade da família” (MUKASONGA, 2017, p. 37). Ser mãe não passa necessariamente por um processo de escolha na Ruanda de 1950; Stefania é porque precisa sê-lo e adapta-se a essa obrigação com maestria. A narradora, filha desta mulher de pés descalços, extrai de suas memórias o modo como a matriarca conduzia essa falta de alternativa em relação à maternidade:

Com minha pequena enxada, imitava os gestos da minha mãe. Era exaustivo ficar curvada durante o dia inteiro. Mamãe ouvia meus gemidos e dizia, sem se virar para mim: “Mukasonga, você ainda não tem do que reclamar, espere para sofrer quando tiver que usar a enxada com um bebê nas costas.” (MUKASONGA, 2017, p. 43 - 44)

A filha, ainda criança, observava os esforços de Stefania e ao amadurecer, revirando suas memórias, viu a resistência maternal daquela que remexia as sementes do sorgo o dia inteiro e sequear reclamava. Mas, mais além, nas palavras de sua mãe estava a falta de alternativa, carregar um bebê nas costas enquanto capinava não era facultativo.

Sem poder de escolha, a maternidade enquanto realização pessoal não se encaixa neste e em tantos outros contextos. Del Priore (2014) afirma que, aqui no Brasil de 1916, o número de julho de *Vida Doméstica* assegurava ser a maternidade o primeiro dever da mulher e alertava que aquela que não fosse boa mãe, deixaria, portanto, de ser mulher. O caráter fisiológico a tornava

prisioneira de um determinismo misógino: “A preocupação era convencer a mulher de que o amor materno era inato, puro e sagrado, e que apenas por meio da maternidade e da educação dos filhos ela realizava sua ‘vocação natural’.” (DEL PRIORE, 2014, p. 136). Ainda no livro de Mukasonga (2017, p. 147) é possível ver que essa ‘lei natural’ pode ser colocada em prática no contexto de outras culturas:

Uma das maiores preocupações das mulheres era com a gravidez. Ter um filho era conquistar o auge da admiração, respeito e poder desejados por todas as mulheres. Esperavam de uma jovem casada que ela engravidasse o mais rápido possível. Se uma esposa demorasse a anunciar a gravidez, o marido ficava preocupado, sentia o olhar de desprezo dos outros homens e as fofocas sobre ele começavam a circular. Logo lhe aconselhavam a, discretamente, rejeitar a esposa estéril.

A maternidade, ao contrário da maternagem, pode ser excludente. Como no trecho supracitado há aquelas que fisiologicamente são incapazes de gestar e gerar. Para essas há um certo olhar de compaixão, em contextos mais atuais, ou de marginalização, como na cultura dos ruandeses de Nyamata, relatada nas memórias de Scholastique Mukasonga datadas no século XX.

No campo da infertilidade há uma produção, dos anos 80, de grande impacto na literatura de autoria feminina. Margaret Atwood, em *O conto da aia* lida com um futuro distópico em que as mulheres férteis são a moeda de troca mais valiosa da sociedade. A narrativa apresenta a vida da aia Offred, uma serva da República de Gilead que aos 33 anos é arrancada da convivência da filha e marido com o propósito de gerar filhos para os comandantes e suas esposas inférteis.

As reflexões feministas e maternas caminham lado a lado nesta distopia. A aia protagonista é colocada em uma posição puramente reprodutiva – “Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes” (ATWOOD, 2017, p. 165) – e esse poder biológico de gestar lhe é imposto sob um viés negativo; Offred é objeto banhado de significados institucionais, Offred não é livre mulher. Ao ativar suas memórias, ela lembra das escolhas que sua mãe teve ao se posicionar sob a ótica de um feminismo matricêntrico:

Eu tive você quando tinha trinta e sete anos, disse minha mãe. Foi um risco, você poderia ter nascido deformada ou coisa assim. Você foi uma criança que eu quis ter, quis mesmo, de verdade, e, de fato, ouvi realmente um bocado de merda de certas pessoas! [...] Quando ela dizia isso, empinava e espichava o queixo para a frente. (ATWOOD, 2017, p. 147)

Na narrativa de Atwood, as mulheres que sobreviveram à dissolução dos EUA e transformação do estado democrático em governo totalitário e teocrático perdem liberdades e direitos e ressignificam o conceito de maternidade completamente oposto à maternagem. Afinal, assim que as crianças são concebidas, as aias as entregam para as esposas dos comandantes e partem para servir de instrumento de Deus em outra casa e serem novamente estupradas por outros comandantes, gerando e reproduzindo, procriando para Deus, como se transportadas para a Idade Média.

A maternidade em Atwood é imposta e simultaneamente arrancada das mulheres de Gilead. Não há escolhas em relação aos estupros que sofrem, na relação de poder que o sistema totalitário exerce sobre elas e tampouco, àquelas que gostariam de maternar seus filhos, conseguem a guarda das crianças. Delas são extraídos os direitos de optar pela manutenção da gestação, assim como criar ou ficar com sua prole.

As aias do conto de Atwood são as escravizadas do sistema patriarcal tal qual a protagonista de *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*, da caribenha Maryse Condé, com o agravante desta que também é transversalizada pela raça. De uma distopia para uma personagem histórica, Tituba é uma mulher negra que vivencia acusações graves de bruxaria, num contexto de escravidão e misoginia, e experencia a maternidade de modo doloroso.

Nas primeiras linhas da narrativa, Tituba confessa que nasceu de um ato de agressão e desprezo: um estupro deu início a vida daquela que carregaria nos ombros as dores de ser mulher, preta e escravizada. Com esse panorama, a personagem desenvolve uma relação distante com a mãe, Abena – que enxergava na filha o estupro sofrido – e, no momento em que se ver na posição de mãe, não enxerga outra alternativa senão o aborto: “Foi um pouco depois disso que me dei conta de que estava carregando em mim uma criança e decidi matá-la” (CONDÉ, 2020, p. 83). A maternidade, ou melhor, a inexistência dela não era simples questão de escolha, mas de sobrevivência:

Para uma escravizada, a maternidade não é uma alegria. Ela vem para expelirmos, em um mundo de servidão e abjeção, um pequeno inocente, cujo destino será impossível de mudar. Durante toda a minha infância, vi pessoas escravizadas assassinar seu recém-nascido, plantando um longo espinho no ovo ainda gelatinoso de sua cabeça, cortando com uma lâmina envenenada seu cordão umbilical ou, ainda, abandonando-o à noite em algum lugar percorrido por espíritos zangados. (CONDÉ, 2020, p. 83 - 84)

A vulnerabilidade do lugar em que Tituba se encontra explica o principal motivo da ausência de vontade em ocupar o lugar de mãe. O feminismo, ao lado das questões maternas,

compreende o aborto enquanto um direito de escolha. Diante das experiências práticas da personagem, como filha e cuidadora de crianças da casa grande, a ficção aponta para problemáticas presentes na questão dos direitos reprodutivos levantadas pelo feminismo. Não ser mãe, ter direito a essa escolha, é um ato político a favor do cuidado consigo e com o outro. Bell hooks (2019) lembra que abortar, em dado momento da história do movimento feminista, pelos idos de 1970, desafiou a noção de que a razão da existência da mulher era gerar crianças. A personagem Tituba entende que seu corpo não se limita a isto, assim como, apesar de toda a dor desse processo traumático, concluiu que as circunstâncias não permitiam o exercício de uma maternagem saudável. Escravizada, sem direitos e com acusação de bruxa pairando no ar, não havia outra alternativa, como assim confessa: “Lutei para me recuperar da morte do meu filho. Eu sabia que tinha sido para o melhor” (CONDÉ, 2020, p. 86).

Em *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo, a abordagem da temática do aborto é posta a partir de um lugar de escolha da mulher. Natalina, personagem central de “Quantos filhos Natalina teve?” fez três abortos, até decidir, na quarta gravidez que de fato queria ser mãe: “Ela sorriu feliz. Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu.” (EVARISTO, 2016, p. 43). A narradora explica que os filhos anteriores eram como se tivessem morrido mesmo antes de serem, pois não foram uma escolha, mas imposição de cada circunstância vivida.

As outras barrigas ela odiara. Não aguentava se ver estufando, estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela. Ficava com o coração cheio de ódio. Enjoava e vomitava muito durante quase toda a gravidez. Na terceira, vomitou até na hora do parto. Foi a pior gravidez para Natalina. (EVARISTO, 2016, p. 43)

Nas três gestações, as crianças vieram e foram sem que ela sentisse o animus para maternar. Nas duas primeiras foram namorados que a fecundaram, na terceira foi usada pelos patrões para lhes dar um filho: “O estorvo que ela carregava na barriga fazia feliz o homem e a mulher que teriam um filho que sairia dela. Tinha vergonha de si mesma e deles” (EVARISTO, 2016, p. 48). Na última gravidez, Natalina foi estuprada, mas quis o filho, pois “[...] não lhe deixava em dívida com pessoa alguma. [...] Não devia nada, como na segunda barriga, quando ficou devedora da inteireza de Tonho, que se depositava pleno sobre ela, esperando que ela fosse viver com ele dias contínuos de um casal que acreditava ser feliz” (EVARISTO, 2016, p. 48). Apesar de ser fruto de uma situação brutal como uma violação sexual, Natalina se sentia plena com seu filho. Ela matou aquele que lhe feriu e finalmente detinha o poder de escolha e nenhuma conta a prestar a ninguém: “Estava feliz. Estava ansiosa para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava

ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela. Estava feliz e só consigo mesma.” (EVARISTO, 2016, p. 50).

Na África do Sul, Futhi Ntshingila aborda a maternidade e a maternagem *Sem gentileza*, sem delicadeza, a partir das personagens Zola e Mvelo. Mãe e filha engravidam na adolescência e enfrentam os entraves da gravidez não planejada, da AIDS e da pobreza. Zola, gesta Mvelo, é expulsa de casa diante das rígidas regras cristãs impostas pelo pai. À mãe de Zola resta aceitar a opressão e rezar pela filha que sozinha no mundo ficaria. Mvelo nasce sem a presença do pai – que havia morrido num acidente antes que ela nascesse – e cresce enxergando a mãe como sua grande referência.

O conflito inicial deste enredo se dá quando Mvelo, uma filha exemplar e obediente, vai até à Igreja cantar e se depara com o assédio do Reverendo. Ele pede que a jovem vá até a sala dos fundos com o intuito de rezar e fortalecer a garota com o espírito santo, pois só assim seu dom poderia aflorar. Num ato de covardia: “As mãos dele foram ágeis, encontrando logo o que queriam. Lançou-se sobre ela de uma forma desenfreada e brutal, estilhaçando seu mundo de ilusões. Seu olhar e sua inocência haviam desaparecido. Deflorada e destruída.” (NTSHINGILA, 2019, p. 17). Do estupro nasceu a mãe-Mvelo.

A menina de quatorze anos, ainda gestante, perde a mãe Zola para o vírus HIV e deixa muito claro ao leitor que ser mãe não é uma vontade, sobretudo diante do contexto de concepção do bebê:

Mvelo olhou o cordão umbilical que parecia uma serpente ligando seu bebê a ela. As sórdidas memórias daquele dia na Igreja voltaram a atormentá-la. Tentou não olhar para o bebê, com a vida fervilhando em seus poros, coberto por muco branco e pelo sangue de Mvelo. A enfermeira cortou o cordão e envolveu a criança em um cobertor. Mvelo caiu no sono, exausta e aliviada pelo bebê ter deixado seu corpo. (NITSHINGILA, 2019, p. 33)

A separação de corpos conduz às oposições de maternidade e maternagem de O'Reilly comentadas anteriormente neste artigo. O poder biológico de Mvelo se encerra na doação da filha a um casal adotante. O cuidado dedicado à criança que nasce desse ato brutal é transferido para uma mãe que não tem o poder de gestar, mas o de também ser mãe nas práticas e experiências da criação do ser.

Nesta perspectiva, de mães que não quiseram ou não puderam, por quaisquer motivos, se dedicar a essa condição subjetiva de ser mãe, bem lembrada por Del Priore (2014), há um número considerável de exemplos de personagens na literatura escrita por mulheres que ainda

podemos recordar. Basta lembrar da trilogia de contos, da canadense Alice Munro, presente em *Fugitiva*, em que Juliet, uma mãe não muito carinhosa e atenta, se vê abandonada pela filha Penelope que cansa da relação de frieza e silêncio entre as duas e busca seguir sua vida e formar sua própria família. A mãe, Juliet, sente a perda, mas de alguma forma compreende que foi mais mãe biológica que afetiva de sua cria: “Ela continua tendo esperanças de que Penelope se manifeste, mas sem se desgastar muito com isso. Ela espera do jeito que as pessoas que já aprenderam sua lição esperam por bênçãos imerecidas, remissões espontâneas, coisas desse tipo” (MUNRO, 2014, p. 166).

A ausência de desgaste emocional desse exemplo acima relembra outra mãe que é abandonada pela filha, a Alice, de *Quarenta dias*, da Maria Valéria Rezende. A filha abandona a mãe após questionar sua presença e, ao contrário do que acontece com Juliet que procura esta filha fugitiva, a mãe da narrativa brasileira parte em busca de si mesma e de suas escolhas nessa jornada que a vida lhe impôs. Ao se mudar para uma cidade desconhecida resolve ajudar uma outra mãe a encontrar seu filho e inicia uma trajetória de autoconhecimento, sem se desapegar dos sentimentos maternos que sempre lhe habitaram: “Talvez tenha sido, sem que eu percebesse, a dor da outra mãe tomando o lugar da minha, um alívio esquisito, uma distração, e eu quis, sim, sair por aí, à toa, por ruas que não conheço atrás do rastro borrado de alguém que nunca vi” (REZENDE, 2014, p. 92).

Há muitas outras narrativas ficcionais, como “Cuja mãe não disse”, de Lucia Castello Branco, e “Mãe, o cacete”, de Ivana Arruda Leite, um conto bem irônico em que a narradora julga sua mãe e dessacraliza a maternidade, “Mãe é uma cruz na minha vida. Nunca gostei da minha e duvido que as pessoas gostem tanto da sua quanto dizem. Quando eu estudava no colégio das freiras, elas falavam que era até pecado desgostar da mãe desse jeito. Mãe é coisa sagrada.” (2004, p. 205), ao mesmo tempo em que desempenha uma função de cuidado maternal em relação ao homem com quem se relaciona sexualmente,

Ontem ele trouxe um amigo pra jantar.

– A senhora é mãe do Rui? – perguntou ao me ver.

– Mãe, o cacete – respondi atordoada. – Sou a mulher que dorme com ele, que faz a comida dele, que cuida da roupa dele, da casa dele.

– Praticamente uma mãe – o cínico completou.

– Deus me livre ser mãe do Rui. Mãe é a maior desgraça na vida de uma pessoa. É por causa das mães que tem tanta gente infeliz.

(LEITE, 2004, p. 208)

O final do conto revela a contradição da sociedade que ao mesmo tempo é misógina e sacraliza a maternidade, e ainda propõe a reflexão sobre as indefinições da paternidade:

Quando ele foi embora, perguntei pro Rui se ele também me via como mãe, mas ele disse que não, nunca!
– Até porque, eu gosto muito da minha mãe. Não tenho problema algum com ela – ele disse me beijando a boca com o ardor de sempre.
Depois perguntou:
– E pai... o que é um pai pra você?
(LEITE, 2004, p. 208)

Outro exemplo vem do romance *O tigre na sombra*, de Lya Luft, cuja mãe não é uma figura materna sacralizada, mas alguém que não tinha em seu subjetivo o prazer de estar mãe: “Com minha mãe era afeto com raiva, ali eu buscava em vão uma figura amorosa” (LUFT, 2012, p. 30). Nessas narrativas vê-se perfis de mulheres que por algum motivo, seja cultural, religioso, social, se forçaram a exercer um papel que não lhes cabia e não se obrigaram a cumpri-lo tal qual as regras sociais impõem. Mães sem afeto, sem carinho, sem motivação, da vida para a literatura elas vestem roupas que não combinam consigo e não agradam ao mundo ou a si. A maternidade, seja ficcional ou real, exige um mundo que muitas vezes a mulher não está disposta ou tem condições de dar. Ser mãe em uma sociedade patriarcal é um desafio.

Conclusão

A maternidade é um ponto importante dentro da pauta feminista. Por ser compulsória, impacta a vida de todas as mulheres. Nosso trabalho passeou por diversos exemplos de reflexões feministas sobre a maternidade em diferentes narrativas contemporâneas de autoria feminina, de autoras brasileiras, africanas, caribenhas e canadenses. Apesar de variados contextos, a representação de personagens mães transita entre as que exerceram seu direito de não ser mãe e as que, por muitos motivos, maternaram por vontade própria ou impositivamente.

Nosso objetivo aqui foi apresentar as diversas mães, de diversas geografias literárias, para que o leitor compreenda que os anseios não se localizam continentalmente, mas estão dentro de cada mulher que enfrenta o desafio da maternidade. Acreditamos que tais narrativas, ao romperem com o lugar comum destinado à maternidade em nossa cultura - o que procuramos abordar como vai sendo construído historicamente nos tópicos iniciais - recriam possibilidades diferentes de identificação para as mulheres e humanizam as mães.

A literatura aparece como um meio sensível de revelar tais questões, pois, diferentemente do que ocorre nos manuais que ditam as regras do bom maternar, ela suscita um convite a mergulhar nessas águas profundas, desestabilizando concepções já sedimentadas em nós.

Os textos teóricos e literários abordados aqui nos revelam esse outro olhar sobre o maternar: A maternidade é política e na sociedade patriarcal é um ato de resistência. Essas autoras nos revelam como a revolução é feminista, antirracista, anticapitalista e materna.

CRediT

Reconhecimentos: Não é aplicável.

Financiamento: Não é aplicável.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Não é aplicável.

Contribuições dos autores:

Conceitualização, Análise formal, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. OLIVEIRA, Paloma do Nascimento; OLIVEIRA, Tássia Tavares de.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ATWOOD, Margaret. *O conto da Aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONDÉ, Maryse. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*. Tradução Natalia Borges Polesso. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

D'ÁVILA, Manuela. *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história*. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

EMECHETA, Buchi. *As alegrias da maternidade*. Tradução Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FEDERICI, Silvia. *A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres*. In: *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

_____. *Teoria feminista: das margens ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LEITE, Ivana Arruda. Mãe, o cacete. RUFFATO, Luiz (org). *25 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 203-208.

LUFT, Lya. *O tigre na sombra*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MENDONÇA, Maria Collier de. *A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2014.

MUKASONGA, Scholastique. *A mulher de pés descalços*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUNRO, Alice. *Fugitiva*. Tradução: Pedro Sette Câmara. São Paulo: Globo, 2014.

NTSHINGILA, Futhi. *Sem gentileza*. Tradução Hilton Lima. Porto Alegre: Dublinense, 2016.

REZENDE, Maria Valéria. *Quarenta dias*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.